

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.311 - SP (2019/0012527-4)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : BENEDITA PEREIRA BORGES**  
**ADVOGADO : EVELISE SIMONE DE MELO ANDREASSA - SP135328**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo INSS, contra decisão que não admitiu recurso especial, este com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 180/183):

*PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RURÍCOLA. LABOR RURAL. CARÊNCIA. INCAPACIDADE LABORAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.*

*1 - A cobertura do evento invalidez é garantia constitucional prevista no Título VIII, Capítulo II da Seguridade Social, no art. 201, I, da Constituição Federal.*

*2 - A Lei nº 8.213/91, nos arts. 42 a 47, preconiza que o benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que tiver cumprido o período de carência exigido de 12 (doze) contribuições mensais, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para exercício da atividade que lhe garanta a subsistência.*

*3 - O auxílio-doença é direito daquele filiado à Previdência, que tiver cumprido o tempo supramencionado, e for considerado temporariamente inapto para o seu labor ou ocupação habitual, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos (arts. 59 a 63 da legis).*

*4 - O ato de concessão ou de reativação do auxílio-doença deve, sempre que possível, fixar o prazo estimado de duração, e, na sua ausência, será considerado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, findo o qual cessará o benefício, salvo se o segurado postular a sua prorrogação (§11 do art. 60 da Lei nº 8.213/91, incluído pela Medida Provisória nº 767, de 2017).*

*5 - Independe de carência, entretanto, a concessão do benefício nas hipóteses de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como ao segurado que,*

*após filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, for acometido das moléstias elencadas taxativamente no art. 151 da Lei 8.213/91.*

*6 - A patologia ou a lesão que já portara o trabalhador ao ingressar no Regime, não impede o deferimento do benefício se tiver decorrido a inaptidão de progressão ou agravamento da moléstia.*

*7 - Necessário para o implemento do beneplácito em tela, revestir-se do atributo de segurado, cuja manutenção se dá, mesmo sem recolher as contribuições, àquele que conservar todos os direitos perante a Previdência Social durante um lapso variável, a que a doutrina denominou "período de graça", conforme o tipo de filiado e a sua situação, o qual pode ser prorrogado por 24 (vinte e quatro) meses aos que contribuíram por mais de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 15 e § 1º da Lei.*

*8 - Havendo a perda da mencionada qualidade, o segurado deverá contar com 12 (doze) contribuições mensais, a partir da nova filiação à Previdência Social, para efeitos de carência, para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez (art. 27-A da Lei nº 8.213/91, incluído pela Medida Provisória nº 767, de 2017).*

*9 - Depois da edição da Lei n. 8.213/91, a situação do rurícola modificou-se, já que passou a integrar um Sistema Único, com os mesmos direitos e obrigações dos trabalhadores urbanos, tornando-se segurado obrigatório da Previdência Social.*

*10 - Quanto ao desenvolvimento de atividade laboral, exige a Lei n. 8.213/91 início de prova material para comprovar a condição de rurícola, excluindo-se a prova exclusivamente testemunhal para esse fim, entendimento consagrado igualmente pela Súmula 149 do STJ. Sobre essa questão, é necessário destacar que o rol previsto no artigo 106 da Lei n. 8.213/91 não é taxativo, podendo, portanto, o postulante provar materialmente o exercício de atividade rural por meio de documentos não mencionados no referido dispositivo.*

*11 - Em princípio, os trabalhadores rurais, na qualidade de empregados, não necessitam comprovar os recolhimentos das contribuições previdenciárias, devendo apenas provar o exercício da atividade laboral no campo pelo prazo da carência estipulado pela lei, tal como exigido para o segurado especial. Assim dispõe o art. 11, VII c/c art. 39, I, da Lei 8.213/91.*

*12 - In casu, como início de prova material de seu labor rural, a autora apresentou os seguintes documentos: - Certidão de casamento, datada de 07/01/75, em que consta a profissão do cônjuge como "lavrador" (fl. 11) e CTPS própria com vínculos rurais nos períodos de: 16/06/80 a 17/10/80, 18/06/82 a 15/12/82, 23/05/83 a 13/12/83, 28/05/85 a 30/11/85, 15/05/89 a 10/06/89, 01/07/89 a 15/01/90, 01/03/90 a 22/01/91, 02/09/91 a 22/01/92, 01/04/92 a 17/08/92, 01/09/92 a 19/02/93, 01/03/93 a*

12/04/93 e 03/05/93 a 13/05/97 (fls. 12/18).

13 - Na audiência de instrução de fls. 113/115, realizada em 03/03/09, as testemunhas foram uníssonas no sentido de que a autora sempre laborou na roça e que somente parou de trabalhar quando se acidentou na máquina de cortar cana em 2003.

14 - Assim, demonstrada a qualidade de segurado especial e o cumprimento da carência exigida para a concessão dos benefícios previdenciários pleiteados, passo à análise da incapacidade laboral.

15 - No laudo médico de fls. 72/74, o expert do Juízo constatou ser a parte autora portadora de "hipertensão arterial sistêmica grave e esmagamento com amputação parcial dos terceiro e quarto dedos da mão esquerda". Concluiu pela incapacidade total e permanente, desde 29/11/03 (fl. 74).

16 - Da mesma forma que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, a contrario sensu do que dispõe o art. 436 do CPC/73 (atual art. 479 do CPC) e do princípio do livre convencimento motivado, a não adoção das conclusões periciais, na matéria técnica ou científica que refoge à controvérsia meramente jurídica depende da existência de elementos robustos nos autos em sentido contrário e que infirmem claramente o parecer do expert. Atestados médicos, exames ou quaisquer outros documentos produzidos unilateralmente pelas partes não possuem tal aptidão, salvo se aberrante o laudo pericial, circunstância que não se vislumbra no caso concreto. Por ser o juiz o destinatário das provas, a ele incumbe a valoração do conjunto probatório trazido a exame. Precedentes: STJ, 4ª Turma, RESP nº 200802113000, Rei. Luis Felipe Salomão, DJE: 26/03/2013; AG A 200901317319, 1ª Turma, Rei. Arnaldo Esteves Lima, DJE: 12/11/2010.

17 - A perícia médica foi efetivada por profissional inscrito no órgão competente, o qual respondeu aos quesitos elaborados e forneceu diagnóstico com base na análise de histórico da parte e de exames complementares por ela fornecidos, bem como efetuando demais análises que entendeu pertinentes, e, não sendo infirmado pelo conjunto probatório, referida prova técnica merece confiança e credibilidade.

18 - Dessa forma, tendo em vista que a demandante é incapaz e totalmente insusceptível de reabilitação para o exercício da atividade que lhe garanta a subsistência, de rigor a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez.

19 - Termo inicial do benefício. O entendimento consolidado do E. STJ é de que, "ausente requerimento administrativo no INSS, o termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida judicialmente será a data da citação válida" (Súmula 576). É bem verdade que, em hipóteses excepcionais, o termo inicial do benefício pode ser fixado com base na data do

*laudo, nos casos, por exemplo, em que a data de início da incapacidade não é fixada pelo perito judicial, até porque, entender o contrário, seria conceder o benefício ao arrepio da lei, isto é, antes da presença dos requisitos autorizadores para a concessão, o que configuraria inclusive enriquecimento ilícito do postulante. No caso em apreço, o perito judicial fixou a data de início da incapacidade em 29/11/03 (fl. 74). Nessa senda, à míngua da existência de requerimento administrativo, de rigor a fixação da DIB na data da citação (22/07/05 - fl. 31).*

*20 - Honorários advocatícios. De acordo com o entendimento desta Turma, estes devem ser fixados em 10% (dez por cento) sobre a condenação, entendida como o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença (Súmula nº 111 do Superior Tribunal de Justiça). Isto porque, de um lado, o encargo será suportado por toda a sociedade - vencida no feito a Fazenda Pública - e, do outro, diante da necessidade de se remunerar adequadamente o profissional, em consonância com o disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. Ademais, os honorários advocatícios devem incidir somente sobre o valor das parcelas devidas até a prolação da sentença, ainda que reformada. E isso se justifica pelo princípio constitucional da isonomia.*

*21 - Apelação do INSS parcialmente provida. Sentença parcialmente reformada. Ação julgada procedente.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 194/203).

Em seu especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 42, 46 e 59, da Lei 8.213/91; 502 e 503, do CPC/2015.

Sustenta, sobre a aposentadoria por invalidez que foi concedida ao segurado, que "*... é impossível a concomitância de atividade remunerada com a percepção de benefício por incapacidade, devendo, portanto, ser cancelado o benefício sem desconto do período trabalhado.*" (fl. 208).

No mesmo sentido, ainda assevera que "*No caso dos autos, restou comprovado que o segurado laborou durante o período de suposta incapacidade, não justificando o recebimento do salário cumulado com o benefício por incapacidade.*" (fl. 208).

É o relatório.

O recurso não prospera.

No presente caso, o recurso especial não impugnou nenhum dos dois fundamentos basilares que amparam o acórdão recorrido, a saber:

(I) "*A impugnação, relativa ao fato de a requerente ter trabalhado após a data fixada como termo inicial do benefício concedido nos autos, não prospera, eis que tal questão sequer foi ventilada pelo ente autárquico em seu apelo, de fls. 134/142, não podendo suscitá-la agora, em sede de embargos de declaração.*" (fl. 196).

(II) "*... havendo pretensão resistida e enquanto não acolhido o pleito do jurisdicionado, é óbvio que outra alternativa não lhe resta, senão a de se sacrificar, inclusive com possibilidade de agravamento da situação incapacitante, como única maneira de prover o próprio sustento. Isto não configura má-fé e, muito menos, enriquecimento ilícito. A ocorrência denomina-se estado de necessidade e nada mais é do que desdobramento dos direitos constitucionais à vida e dignidade do ser humano...*" (fls. 196/197).

Logo, a pretensão esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**